



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 01/14**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 28 DE  
FEVEREIRO DE 2014**

Aos vinte oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos paços do concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Fernando Manuel Catum Leiria, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, Sérgio Miguel Pratas Duarte e Luís Manuel Teopisto Cardoso e Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade.

*Pelo Partido Socialista:*

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

Mário Luís Pintado Alves, Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

*Pelo Partido Social Democrata:*

João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltou à sessão:

Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, justificou por escrito a sua ausência, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por João Ladislau Teles de Matos.

A justificação foi aceite por unanimidade.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os Vereadores José Luís dos Santos Alféua, Jorge Manuel Pereira Giro, Susana Isabel de Freitas Custódio, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

### **ATA**

**Ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 18º do Regimento foram colocadas à discussão as seguintes atas:**

*- Ata de 27 de dezembro 2013*

Submetida à discussão, Miguel Boieiro, propôs a retificação na página 16, da sigla QEC, e Luiz Batista a retificação na página 3, onde se lê “quadro trimestral” deve ler-se “quadro semestral”.

Submetida à votação, com as alterações propostas, foi aprovada por maioria, com 1 abstenção (de Manuel Fradiano por não ter estado presente) e 22 votos a favor.

**Ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Luiz Batista perguntou:

- Da hipótese de ser colocado um abrigo de paragem de autocarro próximo da rotunda do Entroncamento;

- Das medidas tomadas no sentido de remover o que resta das palmeiras atacadas pelo escaravelho e respetivo replantio com espécies que resistam a esta praga;

- Da decisão de arranjar apenas 3 dos 8 caminhos rurais planeados e também se a Câmara está em condições de devolver a respetiva verba, se for o caso;

- Se já estão reparados os semáforos que se encontram no cruzamento da avenida da Revolução com a rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco;

- Qual o objetivo do inquérito efetuado pela firma Consulmark2 – Estudos de Mercado e Trabalhos de Campo, solicitando que seja dado conhecimento dos resultados obtidos às diferentes forças políticas;

- De qual a necessidade de contratar uma firma para execução do POCAL?  
Agradeceu ao presidente da Câmara a celeridade com que o Mapa das Dívidas a Fornecedores foi colocado no *site* da Câmara.

- Patrícia Figueira:

Entregou um requerimento para ser remetido à Câmara Municipal solicitando diversos esclarecimentos.(Doc 3)

- Fernando Leiria:

Teceu comentários relativamente à opção de privatização da água, da qual discorda, lamentando assim que existam partidos e autarcas que a apoiem.

Aludiu ao que é escrito em diversos blogues e na comunicação social (Jornal “Alcaxete” nos quais, na sua opinião, se dizem muitos disparates, dando como exemplo o que é referido acerca da qualidade das refeições nas escolas que são responsabilidade da Câmara, solicitando que esta se pronuncie sobre o assunto.

**Ao abrigo da alínea e) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia Municipal):

Deu conhecimento da sua participação no Seminário, promovido pela ANMP, em Coimbra, sobre o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

- Fernando Leiria:

Fez uma análise a dois comunicados do CDS-PP que constam da sua página e recentemente divulgados. O primeiro, subscrito pela concelhia do CDS-PP, refere a abstenção e a ausência de participação cívica dos cidadãos, referindo também que a Constituição Portuguesa e demais legislação do direito público assegura os direitos e deveres de todos. É dito que devia haver uma Educação mais correta. A Educação faz parte da Constituição e a CDU concorda.

Não dizem porém, que já foram recusados pelo Tribunal de Contas dez ou onze diplomas, o que demonstra o que tem sido o desgoverno dos partidos da governação.

Quando fazem um apelo à votação, esquecem-se que as pessoas desmobilizam, quando ouvem falar de irregularidades, de impostos que não baixam, por parte dum partido que subscreve isto.

No comunicado da Comissão Política do CDS-PP o que refere é mais grave, porque põe em causa o 25 de Abril. O CDS-PP votou contra a Constituição e o PSD apesar de ter votado a favor, agora é o que se vê.

Deveriam ter algum cuidado ao escrever algumas coisas, porque chamam de minudências e temáticas ultrapassadas as moções apresentadas nesta Assembleia, as quais têm como tema a situação atual do país e não têm somente a ver com Alcochete. Na Assembleia da República fazem-se votações que têm implicação direta na vida de todos os cidadãos e naturalmente nos de Alcochete também, para além de que ao aprovarem a ata da última sessão entram em contradição com o que escrevem.

Na sua opinião, também não é verdade que se tenha chamado a *Troika* devido ao grande peso que as autarquias têm na vida pública, porque este não ultrapassa os 4% do total.

Após ler o último parágrafo do comunicado, afirmou: “caiu-lhes a máscara, porque passaram de independentes a CDS-PP.”

Neste momento, entrou na sala Paula Alexandra Ferrão Pereira.

- Luiz Batista:

Referiu o comunicado que o PCP elaborou, dizendo que o mesmo não esclarece, antes baralha quanto ao valor da dívida referente à construção do Centro de Saúde do Samouco.

Mais afirmou desconhecer algum documento que tenha escrito que alguém deve o que quer que seja à Câmara, mas sim, que foi celebrado um contrato de comodato entre a ARSLVT e a Câmara. Contudo, mesmo que se receba a verba em questão, não será esta que resolverá os problemas financeiros desta.

- Luís Madeira (Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco):

Deu conhecimento das conclusões relativas ao Congresso da ANAFRE.(Doc 4)

**Ao abrigo da alínea f) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Sérgio Duarte, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre o “ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública”.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Luiz Batista:

Entende não ser “nada do outro mundo” que os trabalhadores trabalhem 40 horas semanais. Porque devem ser 35 horas e não 22 horas, por exemplo.

- Paula Pereira:

Afirmou que a CDU não discute argumentos com uma bancada que defende um governo que desde que tomou posse já destruiu 300 mil postos de trabalho tendo criado apenas 21 mil.

Considera que a questão é ideológica e congratulou-se com as diferenças entre as bancadas da CDU e do PSD, dado que para estes últimos os trabalhadores são lixo. Felizmente os trabalhadores da autarquia irão ficar a saber qual o sentido de voto do PSD, incluindo os membros da Assembleia Municipal que o representam.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS), 3 abstenções (CDS-PP) e 2 votos contra (PSD).

- Natacha Patinha em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

### **PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

- Presidente da Câmara:

Sucintamente esclareceu:

Nesta sessão, o Centro de Saúde do Samouco foi tratado ao nível de questões relevantes para a vida do concelho, lembrando contudo, já por diversas vezes ter prestado esclarecimentos relativamente a esta matéria, pelo que Luiz Batista não conhece ou não quer conhecer o histórico.

De forma exaustiva, informou uma vez mais, sobre toda a temática que envolveu este assunto, tendo a terminar, referido que não se pode de forma leviana e desprovida de fundamento afirmar que não existem compromissos do governo para com a Câmara. Os compromissos existem e caso não sejam cumpridos num futuro próximo, a Câmara recorrerá aos tribunais administrativos, no sentido de se fazer pagar da verba de que é credora em relação ao Ministério da Saúde.

Afirmou que a Câmara está disponível para doar o terreno, mas quer ser reembolsada em função das negociações havidas do valor associado à empreitada, que ascende a mais de quatrocentos mil euros.

Referindo-se a Luiz Batista, disse que não deveria o deputado nos seus “palcozinhos” proferir inverdades e envenenar a opinião pública, porque não lhe fica bem no que diz respeito à sua qualidade de deputado da Assembleia Municipal.

Relativamente às dívidas da Câmara e à lista de credores, informou que se está em fase de conferência e de fecho de contas da elaboração de prestação de contas e do relatório de gestão, sendo que após a sua conclusão, a lista será publicada, até por dever de transparência.

Quanto à contratação da firma para proceder ao inquérito à população, informou que foi feito com a maior transparência e que a Câmara terá todo o gosto em fornecer uma cópia à Assembleia Municipal para que esta, se assim o entender, o disponibilizar.

Esclareceu também que a firma não foi contratada para a implementação do POCAL, mas sim que, procede à revisão da Tabela de Taxas e Licenças, implementa a contabilidade de custos e faz auditoria de gestão, tarefas estas, que em bom rigor são mais pertinentes de serem feitas por uma empresa exterior à Câmara.

Em relação ao ACEEP e em resposta a Luiz Batista, salientou a paciência que o Tribunal Constitucional tem tido para com o Governo relativamente ao artigo 10.º do Diploma. Não fosse o canal de comunicação direto que se estabeleceu entre Tribunal Constitucional e o Governo, a Norma teria sido declarada inconstitucional.

O Tribunal Constitucional diz que são admissíveis as 40 horas enquanto limite máximo para a prestação do trabalho semanal na função pública, mas estas, podem ser prorrogadas ou reduzidas se houver um instrumento de contratação coletiva que assim o determine.

Com base no que é referido, a Câmara celebrou com o STAL um ACEEP, estando em vias de o celebrar também com o SINTAP.

Deste Acordo foi remetida uma cópia para a Direção Geral da Administração e Emprego Público para depósito, recebendo como resposta que por Despacho Superior do Secretário de Estado não aceitam o depósito do ACEEP. Tal procedimento é uma clara violação da autonomia do Poder Local Democrático, fazendo-se desta forma Tutela de mérito em relação à celebração de instrumentos coletivos de trabalho. A DGAEP tem assim uma interpretação do regime legal aplicável lamentável porque só com Despacho do Secretário de Estado ou do Ministro da Tutela, é permitido o depósito nesta instituição.

A mesma situação aconteceu com a Imprensa Nacional- Casa da Moeda o que é inadmissível, porque os normativos de que dependem estas matérias devem ser interpretados no sentido de que tudo o que depende da Administração Central está dependente de Despacho do Secretário de Estado ou do Ministro com a pasta ou com a Tutela. Tudo o que é competência municipal, compete à Câmara Municipal e em última análise à Assembleia Municipal, sendo que no caso presente, será a Câmara enquanto gestora dos seus recursos humanos.

Ingerências e interferências deste Governo nesta matéria não se podem admitir, pelo que a Câmara irá impugnar estas decisões.

Desta forma, os trabalhadores da Câmara continuarão a prestar 35 horas de trabalho semanal e 7 horas diárias. Frisou ser lamentável que em rigor, os trabalhadores possam trabalhar 40 horas apesar de só receberem pagamento relativo a 35 horas. Para além de injusto, trata-se de um retrocesso nas conquistas alcançadas pelos trabalhadores e estas, tal como a liberdade, são muito importantes e devem ser respeitadas independentemente das ideologias.

- Vereador José Luís Alfélua:

Informou já ter dado instruções aos serviços para que procedam à reparação de um abrigo para o colocar no local pretendido.

Em relação aos caminhos rurais, explicou os motivos que levaram à demora deste processo, muito se devendo a alterações legislativas que o atual Governo tem lançado de forma consecutiva, levando a que não fosse possível à Câmara dotar valor em rubrica em tempo útil.

Mais explicou, que a Câmara para não perder a candidatura, tentou fazer um ajuste direto de reprogramação, o que foi aceite. O concurso está efetuado e adjudicado e os trabalhos irão começar nos três caminhos que ficaram candidátaveis e que se situam na zona do Terroal/Maçãs.

A Câmara tem na sua posse as verbas adiantadas e estão disponíveis. No momento, o valor da candidatura é inferior ao adiantamento, pelo que a Câmara irá devolver o remanescente para os trezentos mil euros.

Esclareceu também, que os serviços da Câmara tentaram reparar os semáforos para evitar uma adjudicação, contudo como o problema se prendia com as placas elétricas, tornou-se necessário adjudicar e provavelmente na próxima semana já estarão reparados.

- Vereadora Susana Custódio:

Agradeceu a questão que Fernando Leiria colocou relativamente às ementas escolares, porque tem conhecimento que tem sido tema de debate noutros “palcos” (como já anteriormente dito) que não em sede da Assembleia Municipal, órgão próprio para o debate de factos políticos, de forma verdadeira e séria, quase se atrevendo a pensar que a questão das ementas escolares é manobra de gestão para desviar a atenção dos verdadeiros factos.

Gostaria muito mais, se os atores políticos se dirigissem à Câmara e esta lhes prestasse informação sobre a percentagem de meninos que no concelho têm, hoje, infelizmente, somente nas escolas, a única refeição quente durante o dia, bem como o número de meninos que usufruem do escalão A e do B e com isto os refeitórios quase se assemelham a cantinas sociais.

Lamentavelmente, esta realidade é promovida pelas políticas do atual Governo, através do roubo às famílias nos salários e impostos, à destruição de postos de trabalho que empurram os pais e os cuidadores das crianças para estas situações.

Felizmente, nos refeitórios que são geridos pela Câmara não falta comida para as crianças e estas repetem as vezes que desejarem o prato que lhes é servido, apesar de não lhes serem apresentados pratos *gourmet*, porque isso não é possível por parte da Câmara. O preço das refeições que já se mantém há alguns anos e é de €1,46 por refeição, sendo que à Câmara custa €2,38/cada, contabilizando apenas os géneros



alimentares, os recursos humanos e algumas reparações de equipamento, deixando de fora a luz, água e limpeza.

Frisou não defender que face ao atual quadro, o valor referido seja aumentado, para não onerar as famílias que já têm tantas dificuldades, contudo seria mais honesto por parte do PSD de Luiz Batista e do Passos Coelho e de quem apoia o CDS-PP de Paulo Portas, que dissessem às câmaras que fazem este trabalho social, que ao menos o IVA não será cobrado, ou pelo menos este ser cobrado à taxa mínima de 6%, porque as câmaras pagam o IVA dos diferentes produtos aos diferentes níveis.

Falando de alimentação saudável, questiona porque razão a géneros alimentares como batatas fritas e coca-cola lhes é aplicado o IVA a taxa mínima de 6%, quando aplica a de 23% em flocos de cereais para pequeno almoço. Será desta forma que o Governo pretende promover boas práticas alimentares?

Para o próximo ano escolar estão a ser preparadas diferentes ementas, envolvendo novas entidades na elaboração das mesmas, chamando contudo a atenção, para que as que foram até agora apresentadas terem a certificação de uma nutricionista.

- Vereador Jorge Giro:

Lamentou o abate forçado das palmeiras, dado serem um postal de Alcochete. A remoção das mesmas irá ocorrer à medida que os serviços tenham capacidade para o fazer e a seu tempo a Câmara irá mostrar o que irá colocar nos espaço onde estavam as palmeiras abatidas (Miradouro Amália para o qual há projetos de execução já aprovados).

Lembrou que só em 2011, a Câmara gastou vinte mil euros no combate à praga do escaravelho, mas foi em vão.

Quanto ao assunto da empresa EGF, informou que esteve presente numa reunião de trabalho em Coimbra, na ANMP, na qual estavam representantes de quase todas as câmaras do país. Estavam os partidos representados e uma vez mais foi unânime a posição contra a privatização da empresa EGF. Na sua esmagadora maioria, os presidentes de Câmara consideram que a privatização irá contribuir para piorar estes serviços. Isoladamente, aparecem alguns pensadores que têm pensamentos e visões diferentes.

Falou das verbas que se perspetivam neste negócio de privatização, lembrando que se o Tribunal de Contas diz que o negócio da água será leonino, então o dos resíduos sólidos também será.

A terminar, afirmou ter dificuldade em perceber quando alguns dizem que defendem o povo e os interesses de Alcochete acima de tudo e depois votam a favor duma matéria que será má, não só para Alcochete, mas também para todo o país.

- Presidente da Câmara:

Aludindo a um comunicado do CDS-PP que contem adjetivação relacionada com declarações suas acerca do “PORLisboa”, informou que reitera tudo o que disse na anterior sessão da Assembleia Municipal, explicando uma vez mais porque foi a Câmara compelida a desistir de candidaturas que estavam celebradas.

Ainda a propósito do comunicado, dizer-se neste, que as dívidas das autarquias representam um peso excessivo no total da dívida soberana é falta de conhecimento, porque em rigor, as dívidas das autarquias representam 3,6% do total da dívida soberana do Estado, acontecendo até que no ano anterior, o subsector da Administração Local já foi superavitário. Todavia, não considera surpreendente que o CDS-PP em Alcochete, maioritariamente com independentes, tenha tecido as considerações que emitiu no seu comunicado.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Aberto este período, usou da palavra:

- Sr. Orlando Rúbio:

Voltou a formular uma pergunta que já tinha feito há cerca de ano e meio e que tem a ver com o imbróglio que existe entre o município e a “Villas do Duque”, nomeadamente, sobre a estrutura que está junto ao Pré-Escolar de S. Francisco, ou seja o parque e o equipamento desportivo, que apresentam alguma degradação, colocando assim em risco quem os utiliza.

Apesar da resposta obtida na altura, o problema mantém-se, solicitando por isso que fosse feito o ponto de situação, assim como em relação à via principal que passa junto à escola.

- Presidente da Câmara.

Informou que a Câmara é titular de uma garantia bancária que cobre os custos associados à realização das obras de construção da urbanização em causa.

Esclareceu também, que em determinado momento, houve disponibilidade por parte da instituição financeira (Montepio) no sentido de ir requalificando e fazer obras de urbanização para que as mesmas fossem sendo rececionadas provisoriamente pela Câmara Municipal. Em rigor, apenas foram executadas uma ínfima parte das obras necessárias associadas ao licenciamento da urbanização.

Decorrido este tempo, algumas questões de segurança já estão em fase de construção e há semelhança de outros, poderá ser acionada a garantia relativa a “Villas do Duque”, frisando que nem sempre as entidades bancárias sem sempre disponibilizam de imediato as verbas, apesar de as garantias explicitarem que os valores devem ser devolvidos à primeira solicitação) para que posteriormente, a Câmara possa desenvolver o procedimento concursal para a conclusão das obras de urbanização e possibilidade de

receber provisoriamente todo o espaço, podendo depois assumir as responsabilidades de manutenção.

Lamentou que o ringue que tem excelentes condições, não esteja disponível, dado ser um espaço muito apelativo.

- Vereador José Luís Alfélua:

Em resposta à outra questão colocada, informou que o assunto já foi remetido para os Serviços, sendo que a proposta destes é a de colocar duas passadeiras sobrelevadas, pelo que os trabalhos apenas aguardam agendamento, presumindo-se que venham a ser feitos no próximo período de férias escolares ou até mesmo nas férias grandes.

O Presidente da Assembleia Municipal, propôs a realização de um intervalo de dez minutos, o que foi aceite por unanimidade, tendo-se de seguida retomado os trabalhos.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

### **PONTO 2 – NOMEAÇÃO DE UMA COMISSÃO EVENTUAL PARA PROCEDER À REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a seguinte composição:

- Presidente da Assembleia Municipal; 2 membros da CDU; 1 membro do PS; 1 membro do CDS/PP e 1 membro do PSD.

Propôs também que esta Comissão não apresente o pedido de pagamento de senhas de presença à Câmara.

Paula Pereira em nome da CDU indicou Natacha Patinha e Rui Santa.

Iolanda Nunes pelo PS propôs Iolanda Nunes.

Mário Alves em nome do CDS/PP propôs Patrícia Figueira.

João Valle em nome do PSD propôs João Valle.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Por consenso, ficou também agendada uma reunião para o dia 11 de março, pelas 21:00 horas, no gabinete da Assembleia Municipal.

**PONTO 3 –ANÁLISE E DISCUSSÃO DO DESPACHO CONJUNTO DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ADJUNTO DO ORÇAMENTO N.º 657/2014, DE 15 DE JANEIRO**

O Presidente da Assembleia solicitou as seguintes correções (que foram aceites) à proposta remetida:

-Onde se lê: “secretrários” deve ler-se “secretários” e onde se lê: “67572014”, deverá ler-se “657/2014”.

O Presidente da Assembleia Municipal propôs que a Assembleia se solidarize com o executivo camarário e aprove a sua exposição.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Mário Alves:

Tendo em conta a proposta do presidente da Assembleia e porque esta acentua a falta de pagamento da construção do Centro de Saúde por parte do Governo, dando a entender que esta verba seria determinante para a resolução dos problemas financeiros da autarquia, gostaria de saber:

- Se houve alguma irregularidade com o concurso público para a construção do Centro de Saúde; - Em que estado estão as negociações com o Governo em relação à negociação de contrapartidas; - Quais as diligências que o município efetuou para ser ressarcido das verbas em dívida e em que data foi assinado o protocolo entre a junta de freguesia, o centro de saúde e o município?

Perguntou também:

Em relação à questão financeira, tendo em conta o 1.º trimestre, a Tutela irá apreciar os limites de endividamento e assim, o que pensa o executivo fazer para cumprir as metas do endividamento líquido municipal? A autarquia encontra-se sobre endividada ou não? Como pensa esta, resolver o problema do pagamento em prazo razoável aos fornecedores?

- Luiz Batista:

Na sua opinião, o documento apresentado pela CDU é uma análise política e por isso, tendo a bancada do PSD uma ideologia diferente, certamente será fácil de entender que não tem a mesma visão sobre o assunto, pelo que lhe parece que se houve ou não uma violação das regras que estão estabelecidas nos termos da Lei, quanto ao endividamento, é óbvio que sim, porque o próprio documento da Câmara não contesta, propondo-se inclusive aceitar e cumprir o Despacho na íntegra em relação ao que é proposto.

Apesar de a Lei determinar que os municípios com excesso de endividamento têm a obrigação de reduzir o seu endividamento em 10% ao ano, a Câmara não o fez, ficando mesmo muito aquém.

A Lei dos Compromissos não permite às Câmaras um endividamento para além daquilo que é a sua própria receita e assim sendo, a Câmara encontra-se numa situação em que ela própria é geradora e causadora dessa situação. Não tem que se queixar de ninguém, mas sim somente dela.

Para além deste processo, encontram-se a decorrer na DGAL mais dois, que provavelmente irão ter consequências para o município que terão forma equivalente ou muito semelhante à que está em debate.

Salientou que ninguém retira dinheiro ao município de Alcochete, porque não cumprindo este os 10% que a Lei determina, o Governo substituir-se-á à Câmara e tendo as verbas do equilíbrio financeiro retém o montante de 10% desses fundos para poder direcioná-los para os credores e para abater parte da dívida estrutural.

- Fernando Leiria:

Gostaria de saber quais as razões que levaram o vereador Vasco Pinto a votar contra este assunto em reunião de Câmara, apesar se segundo este, ter um parecer favorável em relação ao exposto.

Não concorda quando o vereador afirma: “Não estou de acordo com algumas coisas políticas presentes na mesma”, considerando assim, que seria útil que a bancada do CDS-PP expressasse as razões políticas aludidas.

- Vereador Vasco Pinto:

Em resposta a Fernando Leiria, afirmou que a ata da Câmara também contem outras declarações suas, porque constatou que a nossa situação, enquanto município, as contas eram relativamente favoráveis a outros números apresentados. Quando mencionou coisas políticas, eventualmente, pode não se ter expressado bem, querendo dizer sim, que o documento continha considerações políticas explícitas e não se revia nelas.

Mencionou também que se trata de um imperativo legal, afirmando que para todos os efeitos não se pode nunca mencionar o Tribunal Contas quando nos convém e noutras ocasiões não o querer respeitar.

Esclareceu, que também teve oportunidade de louvar a atitude da Câmara ao respeitar o Despacho e tudo querer fazer para o cumprir.

Mais disse, que as suas atitudes e os seus votos são de perspectiva pró ativa e nunca destrutiva.

- Presidente da Câmara:

Reiterou uma vez mais, que em sua opinião, o problema da Câmara não é de Despesa, mas sim de Receita. Assim, aumentar a receita para o município, representaria um acréscimo de austeridade para os munícipes, considerando ser esta a verdade nua e crua.

Esclareceu Luiz Batista, explicando detalhadamente, que sobre o endividamento municipal há novas regras, as quais resultam da vigência de Lei do Orçamento do Estado e não da aplicação do Regime Jurídico de Financiamento das Autarquias Locais.

Nesta explicação, referiu entre outras questões, a redução significativa de receitas próprias (IMI, IMT, Derrama) entre outras.

Em contraposição a críticas da Oposição, afirmou que foi no último mandato que a Câmara mais investiu com efeitos que se repercutirão na economia, como é o caso da regeneração da frente ribeirinha.

Também em relação às despesas com Pessoal, entende que se trata de uma questão ideológica, dado que há quem defenda a precariedade laboral com todos os problemas que esta prática iria acarretar para as famílias e para a Câmara.

Não é esta ideologia que o executivo CDU defende, pelo contrário, defende a estabilidade dos postos de trabalho, reduzindo por exemplo, em áreas como o trabalho extraordinário.

Lembrou que com a política imposta de recursos humanos, no momento, ao nível da atividade da Câmara, esta já tem áreas muito depauperadas, nomeadamente ao nível dos serviços operacionais.

Relativamente à dívida a fornecedores, esclareceu que já estão a ser tomadas decisões, sabendo-se que são os sistemas multimunicipais, a ADSE e os Transportes Sul do Tejo que consomem parte substancial da dívida de curto prazo da Câmara e não os pequenos fornecedores.

A propósito da SIMARSUL, uma vez mais explicou porque é insustentável a dívida da Câmara, afirmando que em breve a Câmara tomará uma decisão.

Voltou a lamentar a situação, lembrando que em 2010, antes da aprovação do PEC 2, a Câmara tinha uma capacidade de endividamento de dois milhões de euros, mas à medida que as regras foram sendo alteradas, municípios houve, como o de Alcochete, que apesar de não terem incorrido em mais despesa foram colocados numa situação de sobre endividamento por via administrativa ou legislativa.

A retenção de 327 mil euros, irá fazer com que se perca a capacidade de cumprir com alguns acordos ou planos de pagamento que já haviam sido celebrados. Aguarda-se ainda a criação de um Fundo de Regularização Municipal que não está ainda regulamentado, mas que muito provavelmente irá beneficiar os grandes credores em detrimento dos pequenos.

Trata-se de uma questão ideológica que nos separa porque a Constituição da República Portuguesa determina uma justa repartição entre o Estado e as autarquias e não é isso que tem sucedido.

Não deixou de focar um comunicado da distrital do PS e da concelhia de Alcochete, sem prejuízo da postura de elevação da vereadora na Câmara, dizendo que o PS faz considerações absolutamente lamentáveis, acusando a Câmara e a CDU de má gestão, esquecendo-se de ter coerência de olhar para os despachos entretanto produzidos.

Todos sabem que é necessário aumentar a receita e a Câmara está a preparar o processo para que de forma sustentada este problema se vá resolvendo e isto sempre com a preocupação fundamental de o processo de crescimento de receitas ser gradual e tenha sustentabilidade, no sentido de não criar condições adversas para os municípios.

- Miguel Boieiro:

Desde que exerce funções autárquicas, entende que todos os governos se têm comportado com o Poder Local como ciganos vigaristas (não vá agora o CDS-PP dizer que ele é racista como disse que era sexista, expressão infeliz com a qual ficou muito mal impressionado). Na verdade, os ciganos não são todos vigaristas, mas estes governantes são ciganos vigaristas. Esta é também a opinião de autarcas de todos os quadrantes políticos, tal como constatou no recente seminário em Coimbra.

O Governo é mau, malandro e cruel porque rouba o Poder Local contrariando a Carta da Autonomia das Autoridades Municipais que foi aprovada por Portugal no Conselho da Europa e intromete-se ilegitimamente na esfera da administração local.

Legisla mal, criando uma Lei cheia de imprecisões, ficando sujeita à interpretação de advogados.

Enquanto presidente da Câmara, já acontecia esta fazer obras que eram da competência da Administração Central, como é o caso, da escola E.B. D. Manuel I e até a Escola Secundária, tendo só muito posteriormente a Câmara conseguido receber as verbas correspondentes.

Esta situação vem de longe, mas de facto, agora está muito pior.

- Paulo Machado:

Agradeceu ao presidente da Câmara a intervenção que fez sobre as razões fundamentais que subsistiram a esta decisão do Despacho que levou à penalização do município de Alcochete.

Citou, a propósito, um poeta francês que dizia: “Todas as coisas já foram ditas, mas como ninguém as escuta é preciso dizer de novo”.

Serviu esta citação para considerar factos incontornáveis e insofismáveis os que constam da proposta da Câmara para deliberação.

São também factos claros e insofismáveis, independentemente de algum exame que possa ser feito) que a Câmara para aumentar a sua receita terá que taxar mais os seus munícipes.

Lembrando a Luiz Batista que não é possível querer sol na eira e chuva no nabal, referiu que, contudo, este é um pressuposto que o Governo espera das autarquias, ou seja, a capacidade simultânea de estas fazerem poupança e em contrapartida substituírem-se à Administração Central e em muitas áreas que são da proximidade dos cidadãos, como sejam; a saúde, assistência social e a solidariedade. E isto são factos incontornáveis.

Incontornável é também dizer que isto tem que ser feito à custa da redução e precariedade do trabalho na Administração Pública Central e Local; Incontornável é também a pobreza que aumentou.

É incontornável que a Câmara esteja num constrangimento enorme numa altura de crise e que simultaneamente se queira já e de qualquer forma que se retirem os coutos das palmeiras, que de imediato se tapem os buracos provocados pela chuva com alcatrão, mas com que dinheiro senhores deputados?

Na verdade isto é triste, mas não será nesta Assembleia que se irá chorar o funeral da Administração Pública e do Poder Local Democrático porque irão continuar permanentemente a insistir na defesa dos seus direitos, direitos estes, que reconhecem a todos três dimensões: a de indivíduos, pessoas e cidadãos, que permitem que estejam sentados nesta Assembleia, porque se pode usar da palavra, de voz inteira e clara, que associa palavras a um país inteiro e claro.

Não é possível continuar com medos, referindo que já nem é o comunicado do PS que entristece, nem as *boutades* políticas do CDS-PP, tão pouco as reflexões do PSD, mas sim, que na Assembleia não se discuta aquilo que considera fundamental: a perda de autonomia do Poder Local Democrático quando o Estado através do Governo legisla e decide sob a forma como as autarquias gerem o seu dinheiro. A perda de autonomia deve ser defendida, independentemente das convicções políticas de cada um sobre boa ou má gestão, mesmo que seja do “queijo limiano”.

Interpelou todos os presentes a discutir se pode o Governo da República às cavalitas de legislação coxa e manca, obrigar a Câmara a deixar que o dinheiro que ela deve, não decida como entender pagar aos fornecedores.

- Mário Alves:

Solicitou resposta a perguntas já anteriormente formuladas, que são:

- Quais as diligências que o executivo municipal fez para ser ressarcido das verbas? -  
Em que ponto estão no momento as negociações com o Governo relativamente à ressarcimento das contrapartidas e se houve alguma comunicação do Ministério da Saúde para justificar o atraso no pagamento da verba?



- Luiz Batista:

Congratulou-se com a vontade manifestada pela Câmara em resolver a situação da sustentabilidade e de resolução de problemas de futuro para bem dos alcochetanos e concordou quanto a considerar a obra de regeneração da frente ribeirinha um fator potenciador da economia se bem que não tenha ainda ónus para o município. Lembrou contudo, que não houve só coisas más, por que as receitas do IMI subiram.

Os acordos de pagamento referidos pelo presidente retiram dos mapas montantes de dívida porque passam para anos subsequentes, porém o valor da dívida continua a existir e a adesão da Câmara ao Fundo Municipal não tem sentido obrigatório

- Presidente da Câmara:

Considerou que o princípio constitucional da justa repartição de recursos públicos entre o Estado e as Autarquias Locais deveria ser cumprido, assim como considera que diversas Leis de Finanças Locais criaram condições para uma depauperação progressiva das finanças locais, tornando-se necessário um novo modelo de financiamento local que resulte da aplicação da Constituição.

Esclareceu que se as receitas do IMI aumentaram, outras houve que sofreram reduções como é o caso do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, na ordem dos 74% a 76%.

A crise que se vive foi criada pelos sistemas financeiros e os Estados como forma de suportar o sistema financeiro injetaram dinheiro, tal como fez o Estado português de forma absolutamente triste no BPN e BPP, sendo os contribuintes portugueses a pagar estes milhões de euros. Apesar de ter sido o Estado português a suportar o sistema financeiro, este, depois de recuperado e vitalizado está a levar os Estados à falência.

Factos são factos, lamentáveis mas verdadeiros.

De seguida o Presidente da Assembleia propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite por unanimidade.

O Presidente da Câmara retomou o uso da palavra, respondendo a Mário Alves:

Há abundante correspondência trocada entre a Câmara e a ARSLVT, assim como entre a Câmara e o Ministério da Saúde e as entidades também falam apesar das diferenças ideológicas. A Câmara entregou um *dossier* ao atual Secretário de Estado que contem as principais reivindicações políticas da Câmara em relação à política de saúde para o concelho. Muitas reuniões se fizeram com os dois presidentes da ARSLVT ainda aquando do Governo do PS, assim como falámos outras tantas vezes com a então Ministra da Saúde Dr.<sup>a</sup> Ana Jorge, para além da última reunião realizada entre a vereadora Susana Custódio e o presidente do ACES, o qual aconselhou que se encerrasse o Centro de Saúde do Samouco à 2.<sup>a</sup> feira de manhã.

Porém, o executivo não é ingénuo. Neste momento o contrato de mútuo já expirou e se a Câmara encerrasse o Centro de Saúde do Samouco com o objetivo de tentar pressionar

o Governo para o pagamento da verba de 400 mil euros, certamente o Centro jamais iria reabrir.

Afirmou que este tipo de estratagemas, não encontra no executivo a devida correspondência, porque somos racionais e estudamos os “dossiers” pelo que não nos quebramos com este tipo de política.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor (CDU), 4 abstenções (PS) e 5 votos contra (CDS-PP e PSD).

Luiz Batista fez declarações de voto em nome do PSD.

Iolanda Nunes fez declaração de voto em nome do PS.

Patrícia Figueira fez declaração de voto em nome do CDS-PP.

### **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Mário Alves:

Reiterou que a ideologia do CDS-PP é Alcochete e que enaltecerão o trabalho quando entenderem ser o caso, mas também votarão contra quando entenderem que não estão a ser defendidos os interesses da população.

- Luiz Batista:

Voltou a afirmar que o presidente da Câmara aquando da campanha eleitoral para as autarquias em 2013, numa reunião realizada com os diversos candidatos, já conhecia que de janeiro a junho existia uma derrapagem de 600 mil euros, só que a omitiu no debate, a propósito de uma pergunta formulada relativamente à consolidação da dívida.

Esclareceu, a propósito da intervenção da vereadora Susana Custódio que o PSD nunca se pronunciou sobre ementas escolares.

- António Almeirim:

Disse, que apesar de muito se ter falado do Centro de Saúde do Samouco na sessão, muito mais haveria para dizer, pois a história ainda não foi totalmente contada.

Lembrou que na Assembleia houve votos contra a contração do empréstimo para que fosse possível a construção do Centro de Saúde, tendo sido graças à Câmara de Alcochete que o Samouco passou a ter condições dignas no aspeto da saúde.

Em nome da Junta de Freguesia do Samouco já por diversas vezes agradeceu o facto de a Câmara se ter substituído ao Governo, porque a construção do Centro de Saúde não é uma competência da Câmara. O Governo do PS foi caloteiro porque não pagou e o atual ainda é mais caloteiro.

Informou que também a Junta de Freguesia de Samouco celebrou o ACEEP porque têm trabalhadores que são sindicalizados. Conheceu pessoalmente o que eram as jornadas de trabalho de 44 horas semanais considerando assim, um retrocesso a perda de direitos que as várias conquistas feitas ao longo dos anos foram dando a quem trabalha, até às atuais 35 horas.

- Paulo Machado:

Congratulou-se com as discussões importantes que aconteceram na sessão, ainda que não as tenham considerado relevantes e haja sempre uma visão contabilística sobre matérias tão políticas.

A propósito das 35 horas de trabalho semanal, perguntou a Luiz Batista: “e porque não 20 horas?”, recordando as lutas desenvolvidas no séculos XIX e XX, o desenvolvimento tecnológico, que garantiu aos trabalhadores mais tempos livres, logo mais tempo para o lazer tão importante para todos.

O caminho a percorrer é do de libertar as pessoas de uma carga horária tão grande, aplicando toda a tecnologia ao seu serviço.

De seguida, deu conhecimento à Assembleia da situação difícil em que se encontra o CENSA – Centro Social de S. Brás de Samouco, convidando por isso todos os deputados da Assembleia a acompanhar esta matéria, porque ela é relevante e poderá no futuro, ter muito a ver com todos.

- Vereadora Susana Custódio:

Explicou que em relação ao CENSA e à semelhança do que a Câmara faz até mesmo em áreas para as quais não tem competência direta, irá acompanhar a situação da instituição, com a atual designação ou outra.

Informou que já se encontra agendado um atendimento no próximo dia 14 com a Comissão de Pais, a qual tenta agarrar e levar por diante a instituição.

- Presidente da Câmara:

Perante a acusação de Luiz Batista reiterou que não mentiu nem na campanha eleitoral, nem no debate dos candidatos, porque os dados financeiros a que se reportou eram os da Prestação de Contas de 2012 aprovada na sessão de abril da Assembleia Municipal.

Relativamente aos “palcos virtuais” afirmou que não é utilizador dos mesmos, contudo, quase sempre é convidado por alguém para integrar o “Alcochete e o Futuro” ou o “Por

Alcochete” e não rejeita os convites, porque muitas vezes falam da sua vida sem conhecerem o seu histórico.

A terminar, lembrou a intervenção de Mário Alves a propósito do que afirmou, que a ideologia do CDS-PP é por Alcochete, dizendo que o povo é sábio e que diz o ditado: “Quem cala consente”. Na sessão ficou patente que o CDS-PP reconhecidamente enganou o eleitorado de Alcochete, apresentando-se com uma lista de independentes por ter receio do voto popular.

#### ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:40 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: